



REINVENTANDO A IDENTIDADE E REVERTENDO O ESTIGMA: DE IMIGRANTES A COLONAS ITALIANAS

Miriam de Oliveira Santos¹

O objetivo deste trabalho é analisar como as descendentes de imigrantes de italianos do Rio Grande do Sul construíram uma nova identidade social: a de colonas italianas. Ao longo do texto buscaremos demonstrar como essa categoria é construída e valorada positivamente apesar dos estereótipos e preconceitos, advindos especialmente do ambiente patriarcal em que elas estão inseridas. Observamos que essa nova identidade está relacionada com as ações do Governo Brasileiro, especialmente através do Programa Nacional de Agricultura Familiar-PRONAF e constatamos que as estratégias de desenvolvimento do artesanato e das agroindústrias familiares contribuíram para o empoderamento das mulheres dos pequenos agricultores de origem italiana, de modo que aquilo que era um estigma passou a soar como um rótulo de qualidade e autenticidade, e elas passaram a ostentar com orgulho a identidade de colonas italianas.

O grupo que estudamos é formado no final do século XIX quando ocorre a grande imigração de europeus para as Américas e dentro dela, a imigração de italianos, especialmente camponeses, para o Rio Grande do Sul.

Nessa época, a Itália era um dos países mais pobres e populosos da Europa, com enorme oferta de mão-de-obra. Essa oferta advinha principalmente da desorganização da unidade familiar de trabalho e para a pauperização do pequeno agricultor em função das guerras para a Unificação, à ocupação por sucessivos exércitos, e o estabelecimento do serviço militar por três anos consecutivos. Por outro lado a industrialização da Itália Setentrional não era capaz de absorver toda a mão-de-obra disponível, o que explica a opção pela emigração para as Américas.

O marco inicial da imigração italiana para o Rio Grande do Sul, em 1875, são as colônias da serra na região nordeste do Rio Grande do Sul, depois vieram a Colônia Silveira Martins no centro do estado e finalmente as colônias mistas no noroeste. *Colônia* é o termo que designa, especialmente no Rio Grande do Sul, tanto na linguagem oficial como na linguagem comum uma área de terra virgem, destinada à colonização. Sendo assim *colonos* são os proprietários de uma fração de terra denominada *colônia*.

Contudo no sul do Brasil a palavra colono vai ser resignificada, convertendo-se de designação oficial em símbolo de diferenciação étnica, passando a significar o agricultor de origem européia, que cultivava seus lotes através do trabalho familiar.

¹ Doutora em Antropologia Social/Museu Nacional-UFRJ. Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios-NIEM. mirsantos@uol.com.br



Para tentar evitar o parcelamento das terras o regime de herança adotado pelos imigrantes italianos e seus descendentes é o *minorato*, sistema onde quem herda a terra é o filho mais novo. O caçula herda as terras e a responsabilidade de cuidar dos pais, os demais filhos homens são ajudados pelo pai na compra de novas terras onde reproduzirão o modelo de agricultura familiar, o que foi decisivo para as primeiras expansões das colônias e levou à migração para novas frentes de expansão como forma de manutenção da identidade camponesa. Neste sistema, as mulheres não herdam, recebem de casa²: o enxoval, a máquina de costura e quando possível uma vaca.³

Desde o início foram instalados núcleos urbanos nas colônias, e com o crescimento das cidades e o desenvolvimento do comércio e da indústria começa a estigmatização do colono considerado um “grosso sem cultura”, estigmatização que, embora atenuada, persiste até hoje. Teixeira (1988) chega a apontar que frequentemente se utilizava o “(...) *termo colono como instrumento de ofensa, em especial contra os descendentes de colonos*”⁴. Azevedo (1982:269) esclarece que este estigma começa com a urbanização e a industrialização que:

(...) produzem a clássica dicotomia entre o cidadão e o camponês. O urbano diferencia-se e se distancia gradualmente do **colono** que passa a uma categoria social própria, inferior à daquele.

Battistel e Costa (1982:6) reiteram essa teoria ao relatar que:

Entre os próprios colonizadores se estabeleceram parâmetros de defasagem da própria condição de colonizadores. Começaram a se estabelecer comparações entre as pessoas da cidade e da colônia: aquelas sabiam falar e tinham o poder, estas não sabiam falar e tinham que obedecer. O próprio ex-colono, isto é, o colono que há pouco tempo abandonara a colônia, vendendo suas terras para morar na cidade, voltar-se-ia aos que ficaram na colônia e os indigitará como ‘colonos grossos’, que não sabem falar, não sabem portar-se, não têm os mesmos hábitos da ‘gente da cidade’. Exatamente, o sucesso do ex-colono, na cidade, através das atividades comerciais livres, protegidas por leis favoráveis, passou a ser o explorador mais pernicioso ao colono, constituindo-se um convite à cidade e tornando-se, em grande parte, responsável pelo êxodo rural, impondo ao agricultor preços arbitrários para seus produtos, enriquecendo em breve tempo e com atividade que o colono não considera trabalho.

Nunca é demais salientar que essa diferenciação existe também na Itália e que nesse contexto a idéia de civilização está inexoravelmente ligada com a de cidade, e o crescimento da industrialização é tratado como um sinal do desenvolvimento da região. Não é por um acaso que a colônia Silveira Martins, situada no interior do estado do Rio Grande do Sul é considerada uma

² Receber de casa é o termo local utilizado para receber da família. Ao invés de herança as mulheres recebem dote.

³ O fato de no Brasil haver uma lei que determina a divisão igualitária da herança não altera em nada esse sistema. Lançando mão de subterfúgios como a venda fingida ou a abdicação do direito de herança alguns dos descendentes de imigrantes italianos do Rio Grande do Sul conseguiram manter esse sistema até os dias de hoje.

⁴ Muitas vezes é o próprio descendente de colonos que passa a considerar aqueles que ficaram no campo como inferiores e se esforçam para apagar essas origens. Ver por exemplo o que Zanetti e Menasche (2009) relatam sobre a rejeição dos jovens à polenta, por muitos considerada como ligada a um passado rural que eles querem esquecer.



colonização “fracassada”, justamente porque não deu origem a cidades e indústrias como na região da serra gaúcha.⁵

Gênero, Campesinato e imigração

O plano inicial do governo brasileiro para a colonização da região sul do Brasil previa o assentamento de agricultores em pequenas propriedades cultivadas através do trabalho familiar. No entanto, como vimos anteriormente, a diferenciação do grupo imigrante acaba criando a estigmatização daquele que permaneceu no campo. No caso das mulheres há uma dupla discriminação: são mulheres e camponesas.

Em várias línguas a expressão trabalho familiar possui dois sentidos: é o trabalho feito com a mão de obra familiar, mas é também o trabalho doméstico realizado majoritariamente ou exclusivamente pela mulher. Na Itália como no Brasil as referências ao trabalho familiar no primeiro sentido da expressão estão quase todas ligadas ao trabalho no campo. Sabemos que na realidade as mulheres acabam responsáveis tanto pelo trabalho doméstico quanto por boa parte do trabalho considerado produtivo que é executado na pequena propriedade familiar.

Sobre a relação entre esses dois aspectos Meillassoux assinala:

A persistência de relações de produção específicas, no caso domésticas, para assegurar a reprodução nas formas de organização social mais evoluídas, levanta o problema da caracterização dessas formas, da sua qualificação enquanto modos de produção: a história não pode ser concebida como uma sucessão de modos de produção distintos, exclusivos. Não se trata apenas de constatar que em cada período da história persistem as seqüelas de “modos de produção” anteriores ou aparecem as premissas dos futuros, uns e outros em contradição com o modo de produção dominante. Trata-se de reconhecer que até agora as relações domésticas e a família intervieram como relações necessárias ao funcionamento de todos os modos de produção históricos posteriores à economia doméstica. (MEILLASSOUX,1976:9)

Analogamente Klaas Woortmann (1987), estudando famílias pobres no Nordeste do Brasil concluiu que a família pode ser ao mesmo tempo uma unidade doméstica e uma unidade produtiva quando vende bens e serviços. Esse grupo doméstico organiza uma divisão social do trabalho cabendo ao homem o papel de provedor de renda e à mulher o da prestação de serviços.

Utilizando a terminologia marxista o autor demonstra que as atividades femininas não são menos econômicas que as do marido, pois panelas, frigideiras, forno e fogão podem ser considerados “meios de produção” e o alimento cru é a “matéria-prima” que elas utilizam para produzir um bem que será consumido por todos os membros da unidade doméstica, de maneira análoga podemos deduzir que todos se beneficiam de seus serviços de limpeza e arrumação. Apesar de não remuneradas essas atividades geram renda, ainda que de forma indireta. Em função disso

⁵ Ver Santin (1986)



Woortmann conclui que o papel da mulher é tão econômico quanto o do marido, pois a família não poderia criar seus filhos sem o trabalho dos dois.⁶

As deduções de Woortmann (1987) sobre o papel econômico da mulher na família podem ser utilizadas também para pensar o trabalho familiar no campo e as relações que homens e mulheres desenvolvem nesse contexto. Quando falamos do trabalho familiar estamos diante do “pai-patrão” que governa o processo de trabalho em uma família que funciona como unidade produtiva hierarquizada. Sobre essas relações Paulilo (2004: 245) observa:

Embora exista no Brasil a agricultura familiar enquanto tipo de empreendimento econômico, não existe a categoria profissional ‘trabalhador familiar’. Nas estatísticas, com exceção do homem, considerado como responsável pela exploração, a esposa e os filhos aparecem como ‘membros não remunerados da família’, embora o pai também não seja remunerado. Talvez seja um reconhecimento implícito de que ele é quem tem maior poder sobre a renda familiar.

Cabe lembrar que a identidade social é consequência e condição das relações sociais, por isso as relações de gênero, refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres, ao longo da sua vida e são influenciadas pelo contexto em que estão inseridos. Não é possível esquecer que as relações de gênero são também relações de poder, inseridas em um sistema hierárquico que confere a supremacia aos homens.

A secretaria especial de Políticas para a Mulher aponta que é no espaço do trabalho que as desigualdades e discriminações se agravam, o que fazer então quando o espaço do trabalho e do lar são o mesmo lugar? Mais do que isso, o que fazer quando o espaço do trabalho já é visto como subalterno, atrasado e estigmatizado socialmente?

No entanto conforme demonstrado em Santos e Zanini (2008) , as mulheres não contribuem apenas para a reprodução física do grupo doméstico.

Neste processo histórico, contudo, é importante salientar o quanto as mulheres foram protagonistas e também elementos extremamente importantes de manutenção de gostos, paladares e costumes culinários étnicos. Elas, de certa forma, em suas cozinhas, no ensinamento de receitas de mães e avós para as filhas e netas, passaram muitos valores do universo “italiano” de origem. Ensinavam, além de culinária, posturas para a vida: quem deveria ser servido primeiro, para quem seria destinado o melhor pedaço de alimento, como servir as visitas, o que deveria ser destinado à caridade, onde sentar, com quem falar, sobre o que falar, entre tantos outros ensinamentos. Enfim, além de comida, ensinava-se como uma “boa mulher italiana” deveria se comportar dentro e fora de casa, quais as hierarquias sociais existentes e como deveriam ser respeitadas (ou não). (SANTOS e ZANINI,2008)

Ou seja:

⁶ As atividades domésticas costumam ser consideradas como parte da esfera reprodutiva no entanto, alguns autores como Barrett, 1980 argumentam que apesar de não serem remuneradas essas atividades deveriam ser consideradas como parte da esfera produtiva.



(...) o machismo não constitui privilégio de homens, sendo a maioria das mulheres também suas portadoras. Não basta que um dos gêneros conheça e pratique atribuições que lhes são conferidas pela sociedade, é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades do outro gênero (SAFFIOTI, 1992, p. 10).

A imigração italiana para o Rio Grande do Sul foi familiar e todos os monumentos à essa imigração representam sempre uma família, e os símbolos que são utilizados dizem muito sobre o conceito de família e o papel que é destinado a seus membros. O marido-pai está sempre um pouco à frente e carrega um instrumento de trabalho rural, geralmente uma enxada, enquanto a mulher, sempre representada em segundo plano, carrega os filhos, no colo ou seguros pela mão.

Com esse panorama não é de se espantar que as questões de gênero entre as agricultoras gaúchas descendentes de imigrantes italianos só tenham surgido muito recentemente, e mesmo assim, fomentadas de fora do grupo.

Considerações Finais

Podemos concluir que as mudanças ocorridas nas características familiares das sociedades ocidentais contemporâneas, tais como a autonomia individual e a igualdade entre gêneros, afetam as organizações familiares (GILDING, 2000), e de maneira especial a família camponesa.

É importante salientar também que as políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero e que são implementadas pelo governo brasileiro fazem parte de um movimento maior que começa em 1993 quando os movimentos feministas conseguem inserir na Conferência de Direitos Humanos de Viena a seguinte assertiva “os direitos das mulheres são direitos humanos”. O passo seguinte seria dado em 1995, na Conferência das Nações Unidas para a Mulher em Beijing, quando a ONU declara a violência, e a ameaça de violência, física e simbólica contra a mulher como um caso de violação dos direitos humanos.

No Brasil marcos importantes foram a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país e em 1º de janeiro de 2003 a criação da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher (SPM), a incorporação do CNDM a SPM e a implementação no mesmo ano do Programa Nacional de Agricultura Familiar para a Mulher (Pronaf Mulher), uma linha de crédito específica para as mulheres. O Programa é uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com a SPM.



Dentro desse quadro é que devem ser entendidas as iniciativas governamentais como a implantação de grupos da Terceira Idade e Políticas Públicas que visam à equidade de gênero⁷.

Da mesma forma em função do desenvolvimento de um turismo voltado para o cultural e o rural observamos a implantação de roteiros turísticos no interior do estado do Rio Grande do Sul, a organização de corais e grupos de danças, a revitalização de tradições já esquecidas e a abertura das propriedades para que grupos de turistas possam participar da colheita da uva, que buscam a valorização das origens européias e da tradição.

Portanto a conjuntura atual levou não só a uma revalorização do papel da mulher, mas também a reversão do estigma de colona. De “ignorantes” elas passaram a ser vistas como detentoras do “saber-fazer”, guardiãs da tradição e exemplos para as novas gerações. Observamos portanto que atualmente essas mulheres, que sempre foram invisibilizadas existindo apenas enquanto referenciadas à figura masculina: “filha de...”, “esposa de ...” estão se constituindo em um sujeito coletivo: As colonas italianas.

Referências

- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos*. Rio de Janeiro/ Brasília, Catedra/INL,1982
- AZEVEDO, Thales de. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, EDUCS,1994
- BARRETT, Michèle. *Women's Oppression Today*. London: Verso, 1980
- BATTISTEL, Arlindo I. & COSTA, Rovílio. (1982) *Assim vivem os italianos. Vida, história, cantos, comidas e estórias*. Porto Alegre/Caxias do Sul, EST/EDUCS,1982
- DACANAL, José H. e GONZAGA, Sérgio (org.) *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto,1980
- DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovílio *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre/ Caxias do Sul, EST/Universidade de Caxias do Sul, 1982
- FILIPETTO, Márcia Cristina. *O que mudou nos idosos de São João do Polêsine na visão dos filhos*. Santa Maria, 1999. Monografia Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano. CEFD, UFSM.
- GILDING, M. “Family business and family change: individual autonomy, democratization, and the new family business institutions”. *Family Business Review*, 12(3), 239-249, 2000.
- IOTTI, Luiza Horn. *O olhar do poder*. Caxias do Sul, EDUCS,2001
- LAURO, Guaraci Lopes. Lembranças de velhas colonas italianas. *Educação e Realidade*, Porto Alegre: v.16, p.33-43, jul./dez.,1990.
- MACHADO, Leda Maria Vieira. *A incorporação de gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios*. São Paulo: Annablume, 1999.
- MAESTRI, M. (org.) *Nós, os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre, Editora da Universidade,1996
- MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, Celeiros e Capitais*. Porto: Edições Afrontamento,1976.
- PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 229-252, janeiro-abril/2004
- RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS do Museu Nacional, UFRJ,1990

⁷ Ver por exemplo, Filipetto (1999)



- RENK, Arlene. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000
- SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O. ; BRUSCHINI, C. (Orgs.) *Uma Questão de gênero*. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SANTIN, Silvino. *A Imigração esquecida*. Porto Alegre: EST, 1986.
- SANTOS, Miriam de Oliveira. *Bendito é o Fruto: Festa da Uva e Identidade Entre Os Descendentes de Imigrantes Italianos de Caxias do Sul – RS*. Rio de Janeiro, 2004, tese de doutoramento, PPGAS/Museu Nacional, UFRJ
- SANTOS, M. O. ; ZANINI, M.C. . Comida e simbolismo entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil). *Revista Caderno Espaço Feminino*, v. 19, p. 255-284, 2008.
- SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis, FCC edições, 1981
- SEYFERTH, Giralda. “Imigração, Colonização e Identidade Étnica.” *Revista de Antropologia*, Volume 29, SP: USP, 1986.
- SEYFERTH, Giralda *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília, Editora da UNB, 1990
- SEYFERTH, Giralda. “Identidade Camponesa e Identidade Étnica (Um estudo de caso”, *Anuário Antropológico* 91, 1993
- SEYFERTH, Giralda. “As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional”, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n.14, novembro, 2000
- TEIXEIRA, Sérgio Alves. *Os recados das Festas*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1988.
- WOORTMANN, K. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.
- ZANETTI, Cândida; MENASCHE, Renata . *Agricultores familiares, ontem e hoje: uma análise a partir da alimentação*. In: VI Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales, 2009, Buenos Aires. VI Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales. Buenos Aires, 2009.
- ZANINI, Maria Catarina. *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*. Santa Maria: EDUFMSM, 2006.